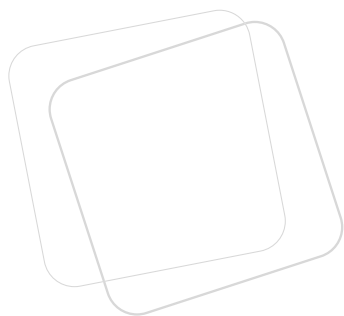




SUMÁRIO

» Capítulo I

DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO: NOÇÕES INTRODUTÓRIAS E PRINCÍPIOLÓGICAS

1.	Conceitos fundamentais de Teoria Geral do Direito	55
1.1.	Natureza jurídica. Categorias jurídicas e institutos	56
1.2.	Relação jurídica e situação jurídica	56
1.3.	Direitos subjetivos, faculdades e direitos potestativos	57
1.4.	Fato jurídico, ato jurídico e negócio jurídico	58
2.	A tríade do Direito Processual do Trabalho: jurisdição, processo e ação	59
3.	Conceito e natureza jurídica	60
4.	O caráter público e as novas tendências do Direito Processual	60
5.	Fontes do Direito Processual do Trabalho	62
5.1.	Constituição	62
5.2.	Leis complementares e ordinárias. Leis estaduais	63
5.3.	Convenções internacionais	64
5.4.	Decretos-leis e medidas provisórias	64
5.5.	Jurisprudência, súmulas e precedentes vinculantes	64
5.5.1.	Súmulas vinculantes	65
5.5.2.	Súmulas comuns	66
5.5.3.	Precedentes	68
5.6.	Doutrina	69
5.7.	Negócio jurídico processual	69
5.8.	Regimentos Internos dos Tribunais	71
5.9.	Costume. O protesto em audiência	71
5.10.	Hierarquia e conflitos entre as fontes	73
6.	Interpretação e integração do Direito Processual do Trabalho	74

7. Lacunas do Processo do Trabalho e aplicação do Direito Processual Comum. Subsidiariedade e supletividade	76
8. Autonomia e pioneirismo do Direito Processual do Trabalho	79
9. Eficácia da lei processual no tempo	80
9.1. Reforma Trabalhista e aplicação temporal da nova lei	83
9.2. Aplicação temporal em temas específicos	83
9.2.1. Sócio retirante	84
9.2.2. Arbitragem	84
9.2.3. Acordo extrajudicial	84
9.2.4. Prazos	84
9.2.5. Incompetência territorial	85
9.2.6. Honorários advocatícios sucumbenciais	86
9.2.7. Compensação de honorários periciais	88
9.2.8. Prescrição intercorrente	89
10. Eficácia da lei processual no espaço	89
11. Relação do Direito Processual do Trabalho com outras ciências	89

» Capítulo II

PRINCÍPIOS DO PROCESSO DO TRABALHO

1. Princípios – nota introdutória	91
2. Devido processo legal. Princípio da adequação	92
3. Juiz natural e Promotor natural	93
4. Publicidade	94
5. Acesso à Justiça	95
6. Contraditório e ampla defesa. Fundamentação das decisões	96
7. Isonomia e princípio da proteção	99
8. Duração razoável do processo e economia processual	102
9. Iniciativa das partes (inércia da jurisdição e impulso oficial)	103
10. Oralidade: imediatidade, concentração, irrecorribilidade imediata das decisões interlocutórias e identidade física	106
11. Instrumentalidade e simplicidade	108
12. Duplo grau de jurisdição	109
13. Boa-fé processual	110
14. Cooperação	113
15. Conciliação	113

» **Capítulo III****JURISDIÇÃO E EQUIVALENTES JURISDICIONAIS**

1. Métodos de solução de conflitos: autocomposição e heterocomposição	117
2. Equivalentes jurisdicionais: autocomposição e arbitragem no Processo do Trabalho	118
2.1. Autotutela	118
2.2. Mediação/conciliação	119
2.3. Transação e renúncia extrajudiciais no contrato de trabalho	121
2.3.1. Homologação de acordo extrajudicial: Reforma Trabalhista	123
2.3.1.1. Limites do acordo extrajudicial: a quitação total pelo extinto contrato de trabalho. Impossibilidade de homologação parcial do acordo	126
2.3.1.2. Rejeição de homologação de acordo e coisa julgada	127
2.4. Comissão de Conciliação Prévia	128
2.5. Arbitragem no Processo do Trabalho	132
2.5.1. Cenário anterior à Reforma Trabalhista	132
2.5.2. Cenário posterior à Reforma Trabalhista	133
3. Jurisdição: notas essenciais e critérios distintivos das funções administrativa e legislativa	136
4. Caracteres essenciais da jurisdição	139
4.1. Investidura	139
4.2. Unidade	140
4.3. Indeclinabilidade (inafastabilidade)	140
4.4. Indelegabilidade e territorialidade	141
4.5. Limites da jurisdição brasileira – competência internacional	142
4.6. Cooperação internacional: homologação de decisão estrangeira, concessão de <i>exequatur</i> às cartas rogatórias e auxílio direto	144
4.7. Imunidade de jurisdição	145
4.8. Inércia	147
4.9. Poderes-deveres de decisão, de coerção, de instrução e de documentação	147
5. Jurisdição voluntária na justiça do trabalho. Homologação de acordo extrajudicial	148

» **Capítulo IV****ORGANIZAÇÃO E COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA DO TRABALHO**

1. Órgãos da Justiça do Trabalho	155
2. Magistratura do trabalho	157
2.1. Garantias	157
2.2. Deveres, vedações e responsabilidade	158
3. Competência: conceito, natureza jurídica e critérios	159
4. Classificação das espécies de competência	161
5. A regra da competência-competência e consequências do reconhecimento da incompetência. <i>Translatio iudicii</i>	162
6. Roteiro para fixação da competência. Distribuição, registro e perpetuação da jurisdição	164
7. Competência material da Justiça do Trabalho	165
7.1. Relação de trabalho e relação de emprego	166
7.2. Relações de consumo. Profissionais liberais. Finalismo e maximalismo ..	167
7.3. Servidores públicos em geral	169
7.3.1. Servidores estatutários e servidores celetistas: regime jurídico único e competência jurisdicional	169
7.3.2. Servidores temporários (CF, art. 37, IX)	172
7.3.3. Servidor público estatutário cedido para empresa estatal	174
7.3.4. Dissídio coletivo de greve de servidor público estatutário	174
7.3.5. Contratação irregular de servidor público (sem concurso público)	175
7.4. Meio ambiente do trabalho	176
7.5. Danos pré e pós-contratuais	176
7.6. Empreitada – operário ou artífice	178
7.7. Intervenção de terceiros – denúncia da lide	179
7.8. Entes de direito público externo	179
7.9. Ações que envolvam o exercício do direito de greve	180
7.10. Ações possessórias	181
7.11. Matéria sindical	181
7.12. Mandado de segurança, <i>habeas corpus</i> e <i>habeas data</i>	182
7.13. Penalidades administrativas impostas pelos órgãos da fiscalização do trabalho	183
7.14. Execução de contribuições sociais	183

7.14.1. Tema 229 do TST – Execução SAT/ GILRAT	187
7.15. Falência e recuperação judicial	188
7.15.1. Créditos trabalhistas	188
7.15.2. Créditos fiscais	195
7.15.3. Desconsideração da personalidade jurídica e grupo econômico	197
7.16. Complementação de aposentadoria	200
7.17. Outras controvérsias decorrentes da relação de trabalho	203
7.18. Matéria criminal	203
7.18.1. Lei Maria da Penha	204
7.19. Dissídios coletivos	204
7.20. Políticas públicas em matéria de trabalho	205
8. Competência territorial na Justiça do Trabalho	205
8.1. Regra geral: art. 651, <i>caput</i> , da CLT. Reconhecimento de incompetência territorial <i>ex officio</i>	205
8.2. Primeira regra especial: art. 651, § 3º, da CLT	208
8.3. Segunda regra especial: art. 651, § 1º, da CLT – agente ou viajante comercial	208
8.4. Terceira regra especial: art. 651, § 2º, da CLT – serviços prestados no estrangeiro	209
8.5. Superação das regras de competência no caso de colisão dos princípios do acesso à justiça e do contraditório	209
9. Foro de eleição. Negócio jurídico processual para modificação do foro competente	211
10. Competência funcional dos órgãos da Justiça do Trabalho	212
10.1. Cartas precatórias, de ordem e rogatórias	213
11. Prevenção. Ações acessórias e consequentes	215
12. Modificação e prorrogação de competência	217
12.1. Conexão	218
12.2. Continência	220
13. Conflito de competência	220
14. Recurso contra decisão sobre competência	221

» Capítulo V

PROCESSO E PROCEDIMENTO

1. Processo. Conceito e natureza jurídica	223
---	-----

2. Relação jurídica processual e relação jurídica material: direitos, deveres, poderes e ônus. Inexistência de discricionariedade judicial	224
3. Processo e procedimento. Autos e atos do processo	225
4. Pressupostos processuais	226
4.1. Noções gerais. Pressupostos de existência e pressupostos de validade	226
4.2. Classificação dos pressupostos processuais de validade	227
5. Pontos e questões. Questões principais X incidentais. Questões preliminares e questões prejudiciais. Conceito de cognição judicial	228
6. Objeto do processo. Mérito da causa	229
7. Tipos de processo: conhecimento e execução. Processos sincréticos. Cognição exauriente e cognição sumária	230

» Capítulo VI

AÇÃO

1. Ação – conceito e natureza jurídica. Tutela jurisdicional X prestação jurisdicional	233
2. Teorias sobre o direito de ação	234
3. Elementos da ação	235
3.1. Partes	235
3.2. Causa de pedir	236
3.2.1. Jura novit curia. Ausência de juntada de instrumentos coletivos	237
3.2.2. Substanciação X individualização	238
3.2.3. Fatos supervenientes: direitos autodeterminados x direitos heterodeterminados	240
3.3. Pedido – certeza e determinação. Pedido genérico	242
3.3.1. Pedido implícito	243
3.3.2. Interpretação do pedido. Pedido heterotópico	243
3.3.3. Pedido alternativo	244
3.3.4. Cumulação de pedidos	244
3.3.4.1. Cumulação própria – simples ou sucessiva	245
3.3.4.2. Cumulação imprópria – eventual ou alternativa	245
3.3.4.3. Cumulação inicial e cumulação ulterior	246
3.3.4.4. Cumulação homogênea e cumulação heterogênea	246
3.3.4.5. Requisitos da cumulação de pedidos	247

3.3.5. Pedido de parcela já quitada	248
3.3.6. Pedido e requerimento	248
3.3.7. Aditamento, emenda e indeferimento da petição inicial	249
4. Classificação das ações	249
4.1. Ações cognitivas (declaratórias, constitutivas e condenatórias) e ações executivas. Sincretismo processual	249
4.2. Ações individuais e ações coletivas	251
4.3. Ações dúplices	252
5. Ação e pretensão	252
6. Condições da ação	253
6.1. Interesse de agir	254
6.2. Legitimidade das partes (ordinária e extraordinária)	256
6.3. Teoria da asserção. Verificação das condições da ação em diversos momentos processuais e perda superveniente do interesse de agir	256
6.4. Diferenciação dos pressupostos processuais e permanência do conceito de condições da ação	257
7. Cumulação de ações: processo cumulativo. Concurso objetivo e subjetivo de ações	258
8. Desistência da ação	259

» Capítulo VII

SUJEITOS DA RELAÇÃO PROCESSUAL

1. Nota introdutória	261
2. Parte: conceito. Capacidade de ser parte. Órgãos públicos	261
2.1. Capacidade de estar em Juízo ou capacidade processual	262
2.1.1. Incapacidade absoluta e relativa no processo do trabalho	263
2.1.2. Intervenção do Ministério Público do Trabalho	263
2.1.3. Menor emancipado	264
2.1.4. Réu revel citado por hora certa e réu preso	265
2.1.5. Preposto. Carta de preposição. Condição de empregado do preposto	265
2.2. Capacidade postulatória: <i>jus postulandi</i> . Ausência do advogado em audiência	267
2.3. Substituição processual, representação processual e sucessão processual	268

2.3.1. Falecimento do trabalhador e do empregador antes da instauração e durante o curso do processo	269
3. Juiz	271
3.1. Impedimento	272
3.2. Suspeição	274
3.3. Procedimento para arguição de suspeição e impedimento	274
4. Sujeitos postulantes	276
4.1. Advogado. Procuração. Mandato tácito e procuração <i>apud acta</i>	276
4.1.1. Conflitos envolvendo advogados em audiência	278
4.2. Ministério Público, Defensoria Pública e Sindicato	279
5. Deveres das partes e procuradores. Ato atentatório à dignidade da jurisdição	279
5.1. Litigância de má-fé	280
5.1.1. Possibilidade de punição de testemunha por litigância de má-fé	283
5.1.1.1. O crime de falso testemunho já é punido com multa na esfera penal	283
5.1.1.2. Contraditório prévio: uma imposição constitucional ...	285
5.1.1.3. Possibilidade de equívoco do juiz e de que a mentira esteja na petição inicial ou em outra manifestação processual	286
5.1.1.4. Contraditório prévio como premissa para aplicação de sanções administrativas, penais ou processuais	286
5.1.1.5. Contraditório recursal: insuficiência. Impossibilidade de interposição de recurso pela testemunha	287
5.1.1.6. Inexistência de coisa julgada na decisão que aplica multa à testemunha	288
5.1.1.7. Ação anulatória movida pela testemunha punida: competência	289
5.1.1.8. Incidente mencionado na Instrução Normativa nº 41/2018 do TST: desvirtuamento do foco do processo trabalhista	289
5.2. Responsabilidade do advogado	290
6. Sujeitos auxiliares do processo	291
7. Sujeitos probatórios	291

» **Capítulo VIII****LITISCONSÓRCIO**

1. Litisconsórcio: generalidades	293
2. Classificação	293
2.1. Litisconsórcio ativo, passivo e misto	293
2.2. Litisconsórcio unitário e simples	294
2.3. Litisconsórcio necessário e facultativo	295
2.3.1. A problemática do litisconsórcio necessário ativo	296
2.4. Litisconsórcio inicial e ulterior	297
3. Litisconsórcio no Processo do Trabalho	298
3.1. Litisconsórcio necessário na ação anulatória de cláusulas convencionais	299
3.2. Tema 18 - Litisconsórcio Unitário na Terceirização de Atividade-Fim	300
3.3. Ação civil pública movida pelo MPT em face de empresa estatal	303
4. Litisconsórcio X substituição processual. Ação de cumprimento	304
5. Litisconsórcio multitudinário	305
6. Regime jurídico do litisconsórcio. Confissão	307
6.1. Possibilidade de a parte requerer o depoimento pessoal de seu <i>litisconsorte</i>	308
7. Intervenção <i>iussu judicis</i>	309

» **Capítulo IX****INTERVENÇÃO DE TERCEIROS**

1. Noções gerais. Fundamentos	311
2. Classificação	313
3. Assistência	313
3.1. Assistência simples	314
3.2. Assistência litisconsorcial	316
3.3. Assistência em ações coletivas	317
4. Denúnciação da lide	319
5. Chamamento ao processo	323
6. Incidente de desconconsideração da personalidade jurídica	326
6.1. Noções gerais. Teorias maior e menor. Teoria da desconconsideração direta da personalidade jurídica. Desconconsideração inversa	326

6.2.	Procedimento da desconsideração no Código de Processo Civil	329
6.2.1.	Momento processual para instauração do incidente	330
6.3.	Aplicabilidade do incidente de desconsideração ao Processo do Trabalho	331
6.4.	Sócios novos e sócio retirante	333
6.4.1.	Situações possíveis na prática da Justiça do Trabalho	335
7.	<i>Amicus curiae</i>	337
8.	Figuras equiparadas à intervenção de terceiros	340
8.1.	Intervenção litisconsorcial voluntária	340
8.2.	Intervenção <i>iussu iudicis</i> . Ação ajuizada exclusivamente em face da tomadora de serviços terceirizados	341
8.3.	Reconvenção que amplie subjetivamente a relação jurídica processual	342
8.4.	Aditamento da petição inicial e recurso de terceiro prejudicado	342
8.5.	Nomeação à autoria	343

» Capítulo X

DESPESAS PROCESSUAIS E ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA

1.	Despesas processuais: generalidades	345
2.	Custas	346
2.1.	Posicionamentos do TST a respeito das custas	348
2.2.	Custas no litisconsórcio	351
3.	Emolumentos	352
4.	Ressarcimento e remuneração de sujeitos auxiliares e probatórios do processo	352
4.1.	Honorários periciais: critérios, antecipação, compensação, limites e parcelamento	352
4.2.	Honorários do tradutor ou intérprete	360
5.	Despesas com serviços estranhos ao Poder Judiciário	362
6.	Multas	362
7.	Assistência Judiciária. Justiça Gratuita	363
7.1.	Noções gerais	363
7.2.	Cenário legislativo após a Lei 13.467/2017	364
7.3.	Tema 21 do TST: requisitos da gratuidade de justiça	367
7.3.1.	Análise Econômica do Direito (AED) aplicada ao tema da gratuidade de justiça: uma visão crítica	370

7.4. Tema 175 do TST: litigância de má-fé e gratuidade de justiça	372
8. Honorários advocatícios no Processo do Trabalho	373
8.1. Reforma Trabalhista e critérios aplicáveis após a decisão da ADI 5766 ..	377
8.2. Reflexos positivos e negativos da mudança	379
8.3. Direito autônomo do advogado x sucumbência recíproca. Acordo sobre honorários	381
8.4. Comparação entre a regulamentação do CPC e da CLT	383
8.4.1. Percentual aplicável	383
8.4.2. Honorários no cumprimento de sentença	383
8.4.3. Honorários advocatícios recursais	384
8.4.4. Beneficiário da justiça gratuita – prazo	384
8.4.5. Litisconsórcio	385
8.4.6. Sucumbência em parte mínima do pedido	386
8.4.7. Honorários advocatícios equitativos: ações declaratórias, constitutivas e de valor irrisório ou inestimável	387
8.4.8. Situações de possível verificação na prática	387
8.5. Honorários sucumbenciais para advogados públicos	388
8.6. Retenção de honorários contratuais em caso de destituição de advogado	390
8.7. Tema 242 do TST – sucumbência recíproca: caracterização	391
9. Honorários assistenciais e honorários na substituição processual (sindicato e Ministério Público)	393
10. Fazenda Pública	395
11. Assédio processual	395

» Capítulo XI

ATOS PROCESSUAIS, PRAZOS E PRECLUSÃO

1. Atos e termos processuais – noções gerais	399
2. Princípios que regem os atos processuais	400
2.1. Sequencialidade	400
2.2. Finalidade	400
2.3. Interdependência	400
2.4. Publicidade	401
2.5. Formalismo e instrumentalidade das formas	401
2.6. Documentação	402

2.7.	Preclusão	402
2.8.	Eficácia imediata	405
2.9.	Outras regras gerais sobre atos processuais: tempo, local e idioma	405
3.	Classificação dos atos processuais	406
3.1.	Quanto ao conteúdo	407
3.2.	Quanto aos sujeitos	408
3.2.1.	Atos do juiz	408
4.	Comunicação dos atos processuais	410
4.1.	Normas gerais sobre notificação	411
4.2.	Citação	413
4.2.1.	Súmula 16 do TST: presunção de recebimento da notificação postal	414
4.3.	Intimação	415
4.4.	Situações controvertidas envolvendo notificação: pessoalidade e habilitação em processo eletrônico. Comentários ao tema 223 do TST	416
4.5.	Citações e intimações via domicílio judicial eletrônico	419
5.	Negócios jurídicos processuais	423
6.	Prazos processuais	424
6.1.	Classificação dos prazos	425
6.1.1.	Prazos peremptórios e prazos dilatórios	426
6.2.	Regras gerais atinentes aos prazos processuais	427
6.2.1.	Contagem de prazos em horas	430
6.2.2.	Prazos da Fazenda Pública	431

» Capítulo XII

DEFEITOS DOS ATOS PROCESSUAIS

1.	Introdução	433
2.	Defeitos dos atos processuais: generalidades	433
3.	Inexistência	435
4.	Nulidade absoluta e nulidade relativa	436
4.1.	Tema 305 do TST: vício de intimação	438
5.	Mera irregularidade	440
6.	Erro material	440
7.	Ineficácia	441
8.	Princípios regentes das nulidades	442

8.1. Instrumentalidade das formas	442
8.2. Transcendência ou prejuízo	443
8.3. Preclusão temporal	444
8.4. Interesse e boa-fé objetiva	444
8.5. Utilidade ou aproveitamento dos atos processuais	445
9. Arguição, declaração e efeitos	446

» Capítulo XIII

PROCEDIMENTOS E AUDIÊNCIA NA JUSTIÇA DO TRABALHO: FORMAÇÃO, DESENVOLVIMENTO E EXTINÇÃO DO PROCESSO

1. Dissídio individual e dissídio coletivo: distinção	447
2. Formação e extinção do processo	448
3. Desenvolvimento da relação jurídica processual	449
4. Procedimento ordinário	449
4.1. Notificação. Tema 223 do TST: impessoalidade da citação	450
4.2. Audiências presenciais, telepresenciais e híbridas. Audiência de leitura de sentença	453
4.2.1. Análise das fases da audiência	460
4.2.1.1. Fase conciliatória inicial	460
4.2.1.2. Fase postulatória complementar	460
4.2.1.3. Fase instrutória	462
4.2.1.4. Fase final: razões finais e tentativa de conciliação	463
4.2.1.5. Fase decisória	463
4.2.1.6. Adaptação do procedimento de audiência	464
4.2.2. Análise de aspectos processuais e materiais da audiência	464
4.2.2.1. Ausência das propostas conciliatórias	464
4.2.2.2. Ausências e atrasos dos sujeitos processuais em au- diência	465
4.2.2.3. Ausência do advogado	470
4.2.2.4. Presença do advogado no caso de ausência do recla- mado	470
4.2.2.5. Ausência da parte e negócios jurídicos processuais	471
4.2.2.6. Celebração de acordo sem a presença da parte	472
4.2.2.7. Dinâmica e duração da audiência. Organização da pauta e intervalos	472

4.2.2.8.	Perempção trabalhista	472
4.2.2.9.	Parte que comparece embriagada	473
4.2.2.10.	Ausência da parte impossibilitada de comparecer: residência no exterior e doença grave	474
4.3.	Fase recursal	474
4.4.	Fase de cumprimento de sentença	474
5.	Procedimento sumaríssimo	474
5.1.	Questões de alta indagação envolvendo o rito sumaríssimo	477
5.1.1.	Facultatividade na escolha do rito	477
5.1.2.	Liquidez da sentença	477
5.1.3.	Valor máximo da condenação	478
5.1.4.	Julgamento por equidade	478
6.	Procedimento sumário	479
7.	Facultatividade na escolha do rito	480
8.	Procedimento de jurisdição voluntária: homologação de acordo extrajudicial	481

» Capítulo XIV

SUSPENSÃO DO PROCESSO

1.	Noções iniciais	487
2.	Causas e duração da suspensão	488
2.1.	Morte ou perda da capacidade processual	488
2.2.	Convenção das partes	489
2.3.	Arguição de suspeição ou impedimento do juiz	491
2.4.	Arguição, por petição, de incompetência territorial	491
2.5.	Prejudicialidade, apuração de fatos em outro Juízo e delitos	492
2.6.	Força maior	493
2.7.	Tribunal Marítimo	494
2.8.	Outras hipóteses legalmente previstas	495
3.	Efeitos jurídicos da suspensão	496

» Capítulo XV

PETIÇÃO INICIAL

1.	Petição inicial: noções gerais	497
----	--------------------------------------	-----

2.	Requisitos	498
2.1.	Requisitos comuns ao Processo do Trabalho e ao Processo Civil	498
2.1.1.	Endereçamento da petição inicial	498
2.1.2.	Qualificação das partes	498
2.1.3.	Exposição dos fatos e formulação do pedido. Fundamentos jurídicos	499
2.1.4.	Assinatura	499
2.2.	Requisitos específicos e situações controvertidas	500
2.2.1.	Valor da causa e liquidação dos pedidos: noções gerais	500
2.2.2.	Valor da causa e liquidação dos pedidos no cenário pós-Reforma	501
2.2.2.1.	Conceitos essenciais	501
2.2.2.2.	Panorama jurisprudencial	502
2.2.2.3.	Liquidação de pedidos na realidade da Justiça do Trabalho	503
2.2.2.4.	Interpretação conforme a Constituição do art. 840, § 1º, da CLT	504
2.2.2.5.	Interpretação consequencialista da exigência de liquidação dos pedidos: isonomia	505
2.2.2.6.	Exemplos práticos	506
2.2.2.7.	Posicionamentos do TST sobre liquidação da petição inicial	506
2.2.2.8.	Extinção do processo sem resolução de mérito: princípios aplicáveis	507
2.2.2.9.	Modificações redacionais do art. 840, <i>caput</i> e parágrafos, da CLT	508
2.2.3.	Impugnação ao valor da causa e retificação de ofício pelo juiz	509
2.2.4.	Requerimento de provas e de citação	510
2.2.5.	Audiência de conciliação	510
2.3.	Documentos indispensáveis à propositura: normas coletivas e situações controvertidas	511
3.	Emenda e aditamento	512
3.1.	Necessidade de deferimento da emenda ou aditamento	513
4.	Efeitos da petição inicial	514
5.	Inépcia e outros defeitos	514
6.	Indeferimento e julgamento liminar de improcedência	515

» **Capítulo XVI****TUTELA PROVISÓRIA**

1. Tutela provisória: noção e fundamento constitucional	519
2. Tutela de urgência e tutela da evidência: sistematização e características comuns	520
3. Tutela de urgência: requisitos e regras específicas. Contracautela	522
4. Tutela da evidência: requisitos e regras específicas	524
5. Momento oportuno para concessão de tutela provisória e recursos cabíveis	525
6. Concessão <i>ex officio</i> de tutela provisória	528
7. Aspectos procedimentais e competência	530
8. Estabilização da tutela antecipada	531
9. Vedações à concessão de tutela provisória	532
10. Tutela de urgência e de evidência em ações constitutivas e declaratórias	533
11. Fungibilidade entre tutela de urgência e tutela da evidência	534
12. Situações controvertidas no Processo do Trabalho	534
12.1. Extinção do processo após deferimento da tutela provisória (FGTS e seguro-desemprego)	534
12.2. Reintegração	535

» **Capítulo XVII****RESPOSTA DO RÉU**

1. Resposta do réu: generalidades	537
2. Exceção e objeção	538
3. Contestação	539
3.1. Eventualidade	539
3.2. Impugnação especificada	540
3.3. Impugnação especificada na réplica do reclamante	541
3.4. Conteúdo	542
3.4.1. Preliminares ao mérito da causa	543
3.4.1.1. Inexistência ou nulidade da citação	543
3.4.1.2. Incompetência	543
3.4.1.3. Incorreção do valor da causa	544
3.4.1.4. Inépcia da petição inicial	544
3.4.1.5. Perempção	544

3.4.1.6.	Litispendência e coisa julgada	544
3.4.1.7.	Conexão e continência	544
3.4.1.8.	Incapacidade da parte, defeito de representação ou falta de autorização	545
3.4.1.9.	Convenção de arbitragem	545
3.4.1.10.	Carência de ação	545
3.4.1.11.	Falta de caução ou de outra prestação que a lei exige como preliminar	545
3.4.1.12.	Indevida concessão do benefício da gratuidade de justiça	546
3.5.	Mérito: defesa direta e indireta. Compensação e contradireitos	546
3.5.1.	Prescrição e decadência	548
3.5.1.1.	Forma de arguição, momento e apreciação judicial de ofício	548
3.5.1.2.	Interrupção e suspensão. Interrupção contra um dos devedores no caso de solidariedade ou subsidiariedade	550
3.5.1.3.	Prescrição intercorrente	552
3.5.1.4.	Prescrição em ações coletivas	556
3.5.1.5.	Prescrição pronunciada de ofício e protesto interruptivo da prescrição	556
4.	Revelia	558
4.1.	Efeitos da revelia	560
5.	Reconvenção	562
6.	Arguição de impedimento ou suspeição	564
7.	Arguição de incompetência territorial sem necessidade de comparecimento: Lei nº 13.467/2017	564
7.1.	Faculdade ou ônus do réu?	564
7.2.	Desnecessidade de peça autônoma	565
7.3.	Suspensão imprópria do processo	565
7.4.	Procedimento e instrução da exceção de incompetência territorial. Ônus da prova	566
7.5.	Julgamento da exceção de incompetência territorial	567
7.6.	Conclusão	568
8.	Situações controvertidas no Processo do Trabalho	568
8.1.	Fazenda Pública: ônus da impugnação especificada e revelia	568

8.2. Terceirização: revelia da prestadora, com comparecimento da tomadora de serviços	569
---	-----

» Capítulo XVIII

DIREITO PROBATÓRIO

1. Prova: noções gerais	572
2. Contraditório e a busca da verdade	572
3. Destinatários da prova	573
4. Meios e fontes de prova	573
5. Objeto da prova	574
5.1. Prova do direito e os instrumentos normativos	574
5.2. Fatos que não dependem de prova	575
6. Apreciação da prova: papel do juiz e sistemas	576
7. Aquisição processual da prova	578
8. Classificações das provas	578
8.1. Provas típicas e atípicas	578
8.2. Provas casuais e pré-constituídas	579
8.3. Prova ilícita e prova ilegítima	579
8.3.1. Acesso a e-mail e redes sociais do trabalhador	580
8.3.2. Interceptações telefônicas e gravações ambientais. Sigilo telefônico	581
8.3.3. Geolocalização e extratos de utilização de transporte público ...	582
8.4. Prova dividida	583
8.5. Prova emprestada	584
8.6. Prova diabólica e de fatos negativos	585
8.7. Prova direta e indireta: indícios, presunções e máximas da experiência	586
9. Ônus da prova	588
9.1. Ônus da prova de acordo com a Reforma Trabalhista	591
9.1.1. Inversão do ônus da prova <i>ope judicis</i>	591
9.1.2. Inversão do ônus da prova <i>ope judicis</i> como regra de instrução	591
9.1.3. Inversão do ônus da prova <i>ope legis</i> como regra de julgamento	592
9.1.4. Adiamento da audiência	592
9.1.5. Negócio jurídico processual sobre ônus da prova	593
10. Valoração da prova e <i>in dubio pro operario</i>	594

11. Iniciativa probatória do juiz	595
12. Demandas probatórias autônomas: produção antecipada de provas	595
12.1. Interesse de agir: alegação do direito material e prévio requerimento ..	597
12.2. Natureza jurídica da produção antecipada de provas	598
12.3. Prova documental na produção antecipada de provas	599
12.4. Competência material e territorial para a produção antecipada de pro- vas	600
12.5. Procedimento na Justiça do Trabalho	601
12.6. Contraditório, cognição judicial e coisa julgada	602
12.7. Medidas executivas na produção antecipada de provas	604
12.8. Frustração da prova antecipada e consequências processuais na futura “ação principal”	606
12.9. Prescrição e produção antecipada de provas	608
12.10. Custas e honorários advocatícios: o caráter dúplice da ação	609
13. Documento	610
13.1. Oportunidade de juntada	611
13.2. Incidente de falsidade	617
13.3. Impugnação de documentos	618
13.4. Exibição de documento ou coisa	619
13.5. Eficácia probatória da prova documental	620
13.6. Ata notarial	621
14. Perícia: noções gerais	622
14.1. Impedimento e suspeição do perito	623
14.2. Remuneração do perito e do assistente técnico	624
14.3. Produção da prova pericial: procedimento	624
14.4. Hipóteses típicas de perícia na Justiça do Trabalho	626
14.4.1. Insalubridade e periculosidade	626
14.4.2. Incapacidade laborativa	627
14.5. Tema 140 do TST: prova pericial emprestada	628
15. Interrogatório e depoimento pessoal	631
16. Confissão	634
16.1. Natureza e efeitos da confissão	635
16.2. Elementos da confissão	636
16.3. Irrevogabilidade e indivisibilidade da confissão	637

16.4. Confissão em situações típicas de litisconsórcio no Processo do Trabalho	638
17. Testemunhas	639
17.1. Noções essenciais	639
17.2. Impedimento, suspeição e incapacidade: informantes e menores	639
17.2.1. Testemunha que também move ou moveu ação em face da reclamada	641
17.2.2. Testemunha que já atuou como preposto	643
17.2.3. Testemunha que tem amizade em redes sociais com a parte. Amizade íntima	644
17.2.4. Testemunha trazida por uma parte e que tem amizade ou parentesco com a parte contrária	644
17.2.5. Testemunha que exerce cargo de confiança na reclamada	645
17.2.6. Depoimentos contraditórios de sujeito que é testemunha em um processo e parte em outro	647
17.3. Qualificação, contradita e compromisso da testemunha	648
17.4. Intimação e rol de testemunhas	649
17.4.1. Comentários ao tema 64 do TST (rol de testemunhas)	651
17.5. Substituição de testemunhas	654
17.6. Procedimento de produção da prova testemunhal	655
17.7. Acareação	657
17.8. Escusas de depor	657
17.9. Número de testemunhas	658
17.10. Valoração da prova testemunhal e falso testemunho	658
17.11. Possibilidade de punição de testemunha por litigância de má-fé	659
17.12. Tema 135 do TST: confissão ficta e indeferimento de prova testemunhal	659
17.13. Parte que desiste da oitiva: inexistência de direito do adversário de insistir na produção da prova	661
18. Inspeção judicial	662

» Capítulo XIX

SENTENÇA

1. Sentença: conceito e natureza jurídica	665
2. Decisões parciais de mérito	666
3. Capítulos da sentença	670

4.	Classificações	671
4.1.	Sentença definitiva e terminativa	671
4.2.	Sentença declaratória, constitutiva e condenatória	671
5.	Requisitos estruturais e interpretação da sentença	671
5.1.	Fundamentação exaustiva: legitimidade e possibilidades do Poder Judiciário	673
5.2.	Fundamentação <i>per relationem</i>	675
5.2.1.	Fundamentação <i>per relationem</i> no rito sumarássimo	678
6.	Requisitos formais da sentença	680
6.1.	Clareza	680
6.2.	Certeza e sentença condicional	680
7.	Requisitos substanciais da sentença	681
7.1.	Decisões <i>citra petita</i>	681
7.2.	Decisões <i>ultra petita</i>	683
7.3.	Decisões <i>extra petita</i>	684
7.4.	Mitigações ao princípio da congruência no Processo do Trabalho	684
8.	Conteúdo da sentença	685
9.	Efeitos da sentença: principais, reflexos e anexos	686
9.1.	Eficácia natural da sentença	689
10.	A sentença e os fatos supervenientes à propositura da ação	690
11.	Publicação e alteração da sentença	690
12.	Ordem de apreciação das matérias na sentença	692

» Capítulo XX

COISA JULGADA

1.	Coisa julgada: noções, conceito e natureza jurídica	693
2.	Eficácia da coisa julgada	694
2.1.	Negativa	694
2.2.	Positiva	694
2.3.	Preclusiva	695
3.	Coisa julgada formal e material	695
4.	Limites da coisa julgada	697
4.1.	Limites objetivos	697
4.1.1.	Concepção tradicional. Coisa julgada sobre questão prejudicial	697
4.1.2.	Necessidade de releitura do tema	699

4.2.	Limites subjetivos	700
4.2.1.	Extensão da coisa julgada ao colegitimado	701
4.3.	Limites temporais: coisa julgada e relações continuativas	702
4.3.1.	Pensão por ato ilícito: critérios utilizáveis	703
5.	Requisitos	704
5.1.	Punição de testemunha por litigância de má-fé (CLT, art. 793-D) e inexistência de coisa julgada	705
6.	Regimes de formação da coisa julgada	705
7.	Conflito entre coisas julgadas	706
8.	Formação progressiva da coisa julgada	708
9.	Termo de conciliação e seus efeitos: perante as partes e terceiros	710
10.	Coisa julgada na execução	711
11.	Coisa julgada na jurisdição voluntária	713
12.	Coisa julgada criminal X Processo do Trabalho	714
13.	Negócios jurídicos processuais sobre coisa julgada	715
14.	Relativização da coisa julgada	716

» Capítulo XXI

TEORIA GERAL DOS RECURSOS

1.	Recursos: conceito e natureza jurídica	719
2.	Princípios dos recursos	720
2.1.	Taxatividade	720
2.2.	Voluntariedade	720
2.3.	Vedação da <i>reformatio in pejus</i>	721
2.4.	Fungibilidade	721
2.5.	Duplo grau de jurisdição	722
2.6.	Unirrecorribilidade	722
2.7.	Dialeticidade	723
3.	Efeitos dos recursos	725
3.1.	Impeditivo do trânsito em julgado	725
3.2.	Suspensivo	726
3.3.	Devolutivo	728
3.4.	Regressivo	729
3.5.	Expansivo	730
3.6.	Substitutivo	730

4.	Desistência de recurso, renúncia ao direito de recorrer, aquiescência à decisão e homologação de acordo	730
5.	Juízos de admissibilidade e de mérito do recurso. Efeito substitutivo	732
6.	Requisitos intrínsecos de admissibilidade	733
6.1.	Cabimento	733
6.2.	Legitimidade	734
6.2.1.	Recurso da testemunha punida por litigância de má-fé	735
6.3.	Interesse recursal	736
6.4.	Inexistência de atos de disposição do direito de recorrer	738
7.	Requisitos extrínsecos de admissibilidade	738
7.1.	Tempestividade	738
7.2.	Preparo. Temas vinculantes do TST sobre preparo	739
7.2.1.	Depósito recursal	740
7.2.1.1.	Depósito recursal atinente ao capítulo da sentença que condena as partes a pagarem honorários advocatícios sucumbenciais	745
7.2.1.2.	Depósito recursal no recurso extraordinário	746
7.2.2.	Tema 146 - Depósito recursal e litisconsórcio passivo	747
7.2.3.	Tema 157 - Comprovação do preparo recursal: dispensa da guia GRU	749
7.2.4.	Tema 158 - Agendamento bancário e preparo recursal: deserção	751
7.2.5.	Tema 162 – Divergências no recolhimento de custas	752
7.2.6.	Tema 173 – Seguro-garantia Judicial e acréscimo de 30%	753
7.2.7.	Tema 187 - Carta de fiança	755
7.2.8.	Tema 267 – Litisconsórcio passivo: aproveitamento do recolhimento de custas	757
7.2.9.	Tema 271 – Preparo recursal: insuficiência e ausência	759
7.3.	Regularidade formal	761
8.	Procedimento recursal	762
8.1.	Juízo de admissibilidade	762
8.2.	Prevenção	763
8.3.	Podere s e atribuições do relator	763
8.4.	Fatos supervenientes à sentença ou cognoscíveis de ofício	764
8.5.	Sustentação oral	765
8.6.	Correção de vícios formais	765

8.7. Colheita de votos e pedido de vista	767
8.8. Acórdão	768
8.9. Ampliação do colegiado	769
8.10. Tema 286 do TST: juntada de documentos novos na fase recursal	770
9. Recurso adesivo	773
9.1. Recurso adesivo e litisconsórcio	776
10. Reexame necessário	778
10.1. Remessa necessária X ação de competência originária de TRT	780
11. Honorários advocatícios recursais	781
12. Recurso de terceiro: perito e advogado	782
13. Prazos recursais	782
14. Recursos repetitivos	783

» Capítulo XXII

RECURSOS EM ESPÉCIE

1. Recurso ordinário	785
1.1. Noções gerais e admissibilidade	785
1.2. Procedimento	787
1.3. Fatos novos e provas novas	788
1.4. Impugnação de decisões interlocutórias	789
1.5. Causa madura	790
2. Embargos de declaração	792
2.1. Noções gerais: cabimento, admissibilidade e efeitos do recurso	792
2.2. Embargos de declaração com efeitos modificativos	794
2.3. Oposição simultânea com outros recursos e ratificação	795
2.4. Embargos de declaração protelatórios	795
2.5. Fungibilidade e decisão monocrática	797
3. Agravo de instrumento	797
3.1. Noções gerais e admissibilidade	797
3.2. Procedimento	799
3.3. Efeitos	800
4. Agravo de petição	800
4.1. Cabimento	800
4.2. Demais requisitos de admissibilidade	802

4.3.	Delimitação da matéria e valores	804
4.4.	Efeitos	805
5.	Recurso de revista	805
5.1.	Noções gerais	805
5.2.	Hipóteses de cabimento	806
5.2.1.	Fase de conhecimento	806
5.2.2.	Fase de cumprimento de sentença ou processo de execução ..	807
5.2.3.	Cabimento versus provimento do recurso	807
5.2.4.	Cabimento e matéria fática	809
5.2.5.	Exaurimento da instância anterior	810
5.3.	Prequestionamento	810
5.4.	Transcendência	813
5.5.	Regularidade formal	817
5.6.	Efeitos	818
5.7.	Procedimento	819
5.8.	Recursos de revista repetitivos	820
6.	Embargos no TST	820
6.1.	Embargos de divergência	820
6.2.	Embargos infringentes	822
7.	Agravo interno	822
8.	Recurso extraordinário	824
8.1.	Noções gerais e cabimento	824
8.2.	Esgotamento das instâncias anteriores	825
8.3.	Prequestionamento	825
8.4.	Repercussão geral	826
8.5.	Ofensa reflexa	828
8.6.	Efeito devolutivo e providimentos de urgência	829
8.7.	Procedimento	829
8.8.	Recursos extraordinários repetitivos	830
9.	Agravo em recurso extraordinário e agravo de instrumento em recurso de revista	830

» Capítulo XXIII

PROCESSO COLETIVO

1.	Noções iniciais	833
----	-----------------------	-----

1.1.	Tendência de coletivização do processo. Princípios envolvidos	833
1.2.	Espécies de ações coletivas	834
1.3.	Direitos difusos, coletivos em sentido estrito e individuais homogêneos no âmbito trabalhista. Direitos individuais heterogêneos	835
2.	Dissídios coletivos	838
2.1.	Dissídio individual x dissídio coletivo	838
2.2.	Conflito coletivo de trabalho	838
2.3.	Espécies de dissídios coletivos: objeto, legitimidade. Titular do direito e titular da ação	839
2.4.	Poder normativo da Justiça do Trabalho	840
2.4.1.	Noções gerais	840
2.4.2.	Extensão e limites do poder normativo	841
2.4.3.	Comum acordo	842
2.5.	Dissídio de greve	844
2.6.	Legitimidade para os dissídios coletivos	846
2.7.	Classificação dos dissídios coletivos	848
2.8.	Dissídios de extensão	849
2.9.	Competência funcional e territorial nos dissídios coletivos	850
2.10.	Procedimento dos dissídios coletivos	851
2.11.	Recursos nos dissídios coletivos	852
2.12.	Dissídios coletivos e pessoas jurídicas de direito público	853
2.13.	Sentença normativa	855
2.13.1.	Considerações terminológicas	855
2.13.2.	Coisa julgada	855
2.13.3.	Prazo de vigência, ultratividade e eficácia	856
3.	Ação de cumprimento	858
3.1.	Conceito e natureza jurídica	858
3.2.	Ação de cumprimento individual e coletiva	858
3.3.	Dilação probatória	859
3.4.	Legitimidade e competência	859
3.5.	Coisa julgada na ação de cumprimento	859
3.6.	Prescrição na ação de cumprimento	860
3.7.	Pioneirismo do Direito Processual do Trabalho	860
3.8.	Tema 219 do TST: desnecessidade de trânsito em julgado da sentença normativa e prazo	860

4.	Tutela coletiva de direitos (ações coletivas em sentido estrito)	862
4.1.	Sistema tradicional e microssistema da tutela coletiva	862
4.2.	Ação civil pública	863
4.2.1.	Conceito e objeto. Ação civil coletiva	863
4.2.2.	Procedimento	864
4.2.3.	Legitimação	864
4.2.3.1.	Rol de legitimados	864
4.2.3.2.	Enquadramento teórico da legitimidade	865
4.2.3.3.	Intervenção do Ministério Público	866
4.2.3.4.	Ações coletivas passivas	866
4.2.4.	Institutos relacionados à ação civil pública	868
4.2.4.1.	Inquérito civil público	868
4.2.4.2.	Termo de Ajustamento de Conduta (TAC)	871
4.2.5.	Competência na ação civil pública	873
4.2.5.1.	Competência material	873
4.2.5.2.	Competência funcional. Ação anulatória de cláusulas convencionais	873
4.2.5.3.	Competência territorial	874
4.3.	Litispendência em ações coletivas	876
4.3.1.	Litispendência entre duas ou mais ações coletivas	876
4.3.2.	Litispendência entre ação coletiva e ação individual. Direito de entrar e de sair da tutela coletiva	876
4.4.	Coisa julgada e transporte <i>in utilibus</i>	878
4.5.	Controle de constitucionalidade em ações coletivas	879
4.6.	Limitação territorial da coisa julgada	881
4.7.	Liquidação e execução	882
4.8.	Prescrição	884
4.8.1.	Direitos individuais homogêneos	884
4.8.2.	Direitos difusos e coletivos em sentido estrito	885
4.9.	Assistência	885
4.10.	Conciliação	886
4.11.	Atuação do sindicato na tutela de direitos difusos	887
4.12.	Tema 124 do TST – cessação da conduta ilícita.	888

» **Capítulo XXIV****PRECEDENTES**

1.	Precedentes: noções gerais	891
2.	Precedentes obrigatórios e precedentes persuasivos	892
2.1.	Decisões do Plenário ou do Órgão Especial de tribunais	893
3.	Constitucionalidade do sistema de precedentes obrigatórios	896
4.	<i>Ratio decidendi</i> , <i>obiter dictum</i> , causa de pedir e técnicas de votação em Tribunais	897
5.	Distinção e superação dos precedentes	898
6.	Consequências da inobservância dos precedentes	900
7.	Regras gerais acerca dos precedentes obrigatórios	901
7.1.	Estabilidade, integridade e coerência	902
7.2.	Eficácia extraprocessual da decisão	902
7.3.	Ampliação do debate	902
7.4.	Modulação de efeitos	903
7.5.	Publicidade e organização	903
8.	Sistemática dos casos repetitivos	904
8.1.	Insuficiência do sistema de ações coletivas	904
8.2.	Recursos repetitivos e IRDR: noções essenciais e aplicabilidade	905
8.3.	Causa-piloto	907
8.4.	Seleção do processo paradigma: decisão de afetação	907
8.5.	Legitimidade para deflagração	909
8.5.1.	Instauração de IRDR – necessidade de processo pendente no Tribunal. Procedimento para a instauração pelo juiz	909
8.6.	Suspensão dos processos	911
8.6.1.	Suspensão do processo e pluralidade de pedidos. Fase instrutória	912
8.6.2.	Distinção do caso concreto equivocadamente suspenso	913
8.7.	Competência para julgamento	914
8.8.	Decisão do Tribunal e consequências	914
8.9.	Desistência e abandono da ação e desistência do recurso	915
8.10.	Recursos na sistemática de casos repetitivos	916
9.	Incidente de assunção de competência	916

10. Incidente de declaração de inconstitucionalidade	917
11. Procedimento para edição de Súmulas pelos Tribunais Trabalhistas	919

» Capítulo XXV

PROCEDIMENTOS ESPECIAIS: AÇÕES CONSTITUCIONAIS

1. Reclamação	923
1.1. Conceito, natureza jurídica e abrangência	923
1.2. Hipóteses de cabimento	925
1.2.1. Preservação de competência	925
1.2.2. Garantia de autoridade de decisão	925
1.2.3. Violação de decisão do STF em controle concentrado ou de Sú- mula Vinculante. Transcendência dos motivos determinantes ...	926
1.2.4. Violação de precedente obrigatório firmado em casos repetitivos ou IAC	927
1.3. Legitimidade, instrução e procedimento	928
1.3.1. Revelia na reclamação	929
1.4. Trânsito em julgado da decisão e interposição de recurso	930
1.5. Efeitos do julgamento da reclamação e recurso cabível	930
2. Mandado de segurança	931
2.1. Conceito e natureza jurídica	931
2.2. Direito líquido e certo: noção e natureza jurídica	931
2.3. Ato de autoridade	932
2.4. Competência para julgamento	933
2.4.1. Matéria judiciária	933
2.4.2. Matéria administrativa	934
2.5. Autoridade coatora e polo passivo. Teoria da encampação	935
2.6. Situações de não cabimento	937
2.6.1. Mandado de segurança contra decisão judicial	939
2.7. Prazo	940
2.8. Procedimento	940
2.9. Recursos	942
2.10. Suspensão de segurança	942
2.11. Coisa julgada	943
2.12. Teoria da causa madura no mandado de segurança	944

2.13. Desistência do mandado de segurança	945
2.14. Mandado de segurança coletivo	946
2.15. Valor da causa e despesas processuais no mandado de segurança	947
3. <i>Habeas corpus</i>	948
3.1. Conceito e natureza jurídica	948
3.2. Cabimento na Justiça do Trabalho e competência	948
3.3. Procedimento	950
4. <i>Habeas data</i>	951
5. Ação popular	952

» Capítulo XXVI

PROCEDIMENTOS ESPECIAIS – AÇÕES CIVIS

1. Embargos de terceiro	955
1.1. Conceito e natureza jurídica	955
1.2. Legitimidade ativa e passiva	956
1.3. Competência	957
1.4. Procedimento e ônus sucumbenciais	958
1.5. Prazo	961
1.6. Cognição e coisa julgada	961
1.7. Reconhecimento incidental de fraude contra credores	962
2. Interditos possessórios	963
3. Ação de exigir contas	963
4. Ação de consignação em pagamento	965
4.1. Conceito e natureza jurídica	965
4.2. Procedimento	965
4.3. Sentença e extensão da quitação das obrigações	966
4.4. Consignação extrajudicial	967
5. Ação monitória	968
5.1. Conceito e fundamento	968
5.2. Procedimento de acordo com o CPC	969
5.3. Cabimento no Processo do Trabalho	971
5.4. Competência – indicação da <i>causa debendi</i>	971
5.5. Prescrição	972

5.6. Documentos unilaterais e cobrança de contribuições sindicais	972
5.7. Monitória em face da Fazenda Pública	973

» Capítulo XXVII

INQUÉRITO JUDICIAL PARA APURAÇÃO DE FALTA GRAVE

1. Conceito e objeto	975
2. Hipóteses de cabimento	975
3. Peculiaridades procedimentais	977
4. Caráter dúplice e reconvenção	978
5. Tema 257 do TST	979

» Capítulo XXVIII

CORREIÇÃO PARCIAL (RECLAMAÇÃO CORREICIONAL)

1. Panorama legislativo	983
2. Possibilidades e limites: natureza jurídica da correição parcial	984
2.1. Nos TRTs	984
2.2. No TST	985

» Capítulo XXIX

AÇÃO RESCISÓRIA, AÇÃO ANULATÓRIA E QUERELA NULLITATIS

1. Ação rescisória: conceito, natureza jurídica e principiologia	987
2. Objeto	988
3. Inadmissibilidade, juízo rescindente e juízo rescisório	990
4. Hipóteses de cabimento	992
4.1. Prevaricação, concussão ou corrupção	993
4.2. Impedimento ou incompetência absoluta	994
4.3. Dolo, coação, simulação ou colusão	996
4.4. Coisa julgada	998
4.5. Violação manifesta de norma jurídica	999
4.6. Prova falsa	1002
4.7. Prova nova	1003
4.8. Erro de fato	1005
4.9. Sentença inconstitucional	1007

5.	Prazo	1007
5.1.	Regra geral e coisa julgada progressiva	1007
5.2.	Prova nova	1010
5.3.	Simulação ou colusão	1010
5.4.	Sentença inconstitucional	1010
6.	Legitimidade	1014
7.	Competência	1015
8.	Procedimento	1016
8.1.	Petição inicial	1016
8.2.	Valor da causa	1016
8.3.	Depósito prévio	1016
8.4.	Providências preliminares, revelia e reconvenção	1018
8.5.	Cumprimento da sentença rescindenda	1019
8.6.	Fase instrutória e razões finais	1020
8.7.	Recursos e eficácia da decisão	1021
8.8.	Ações rescisórias sucessivas	1021
9.	Ação anulatória	1022
9.1.	Atos processuais	1022
9.2.	Atos materiais	1023
9.3.	Ação anulatória de cláusulas convencionais	1024
9.3.1.	Litisconsórcio necessário na ação anulatória de cláusulas convencionais	1025
10.	<i>Querela nullitatis</i>	1026

» Capítulo XXX

LIQUIDAÇÃO DE SENTENÇA

1.	Noção e aplicabilidade	1031
2.	Natureza jurídica da liquidação	1032
2.1.	Essência do fenômeno	1032
2.2.	Modelos processuais de liquidação	1033
2.3.	Tema 131 do TST: sentença líquida e recurso	1033
3.	Tipos de liquidação	1035
4.	Fidelidade ao título e preclusão	1037
5.	Procedimento	1039
5.1.	Liquidação por cálculos	1039

5.2. Liquidação por arbitramento	1040
5.3. Liquidação por artigos	1041
6. Legitimidade para instauração	1041
7. Revelia	1042
8. Liquidação-zero	1043
9. Liquidação provisória	1044
10. Natureza jurídica da decisão de liquidação	1045
11. Coisa julgada e mecanismos impugnativos. Impugnação à sentença de liquidação	1045
11.1. Tema 174 do TST - homologação de cálculos e recurso	1047
12. Títulos executivos extrajudiciais	1049
13. Índices de juros moratórios e correção monetária	1049

» Capítulo XXXI

TEORIA GERAL DA EXECUÇÃO

1. Noções introdutórias, abrangência e nomenclatura	1057
2. Normatividade aplicável: a questão das lacunas	1058
3. Princípios executivos	1060
3.1. Realidade ou patrimonialidade	1060
3.2. Efetividade	1061
3.3. Utilidade	1062
3.4. Contraditório	1062
3.5. Primazia do exequente (princípio do resultado)	1063
3.6. Menor onerosidade	1063
4. Pressupostos e condições da execução	1064
4.1. Competência	1064
4.2. Legitimidade	1065
4.2.1. Ativa. Cessão de créditos trabalhistas	1065
4.2.2. Legitimação passiva	1067
4.3. Pressupostos específicos da execução: título e inadimplemento	1067
5. Títulos executivos	1068
5.1. Judiciais	1068
5.1.1. Acordo extrajudicial homologado em juízo	1069
5.1.2. Laudo arbitral	1073
5.2. Extrajudiciais	1077

5.2.1.	Termo de Ajustamento de Conduta	1077
5.2.2.	Acordo em Comissão de Conciliação Prévia	1078
5.2.3.	Certidão de Dívida Ativa	1078
5.2.4.	Títulos de crédito	1079
6.	Classificação	1080
6.1.	Execução provisória e execução definitiva. Carta de sentença	1080
6.2.	Execução direta e execução indireta	1080
6.2.1.	Meios executivos atípicos: apreensão de CNH e de passaporte do executado	1081
6.3.	Execução específica e execução pelo equivalente	1084
7.	Cognição, mérito e coisa julgada	1084
8.	Boa-fé na execução	1086
8.1.	Fraude contra credores	1086
8.2.	Fraude à execução	1087
8.3.	Ato atentatório à dignidade da justiça	1090
9.	Responsabilidade patrimonial	1091
9.1.	Sucessão trabalhista	1093
9.2.	Terceirização. Tema 133 do TST: responsabilidade subsidiária e benefício de ordem	1094
9.3.	Cônjuge	1099
9.4.	Sócio	1100
9.5.	Grupo econômico. Tema 1232 do STF	1100
10.	Desistência da execução	1107

» Capítulo XXXII

PROCEDIMENTOS EXECUTIVOS: EXECUÇÃO POR QUANTIA CERTA

1.	Linhas gerais do procedimento	1109
1.1.	Meios executivos atípicos: apreensão de CNH e de passaporte do executado	1111
2.	Intimação do executado: o mandado de citação	1111
2.1.	Intimação por hora certa ou por edital	1113
2.2.	Oficial de Justiça: cumprimento dos atos executivos	1114
2.3.	Arresto executivo	1115
2.4.	Ausência de indicação de bens e ato atentatório à dignidade da justiça	1116

2.5. Tema 4 do TST: inaplicabilidade da multa do art. 523, §1º, do CPC	1116
3. Penhora	1118
3.1. Conceito, natureza jurídica e efeitos	1118
3.2. Procedimento	1119
3.3. Depósito. Depositário infiel e nomeação compulsória de depositário	1120
3.4. Intimação da penhora	1123
3.5. Avaliação	1125
3.6. Substituição, ampliação e redução da penhora. Segunda penhora	1126
3.7. Ordem preferencial da penhora e nomeação de bens	1128
3.8. Bens impenhoráveis. Hipóteses de impenhorabilidade não previstas em lei	1129
3.8.1. Bem de família	1130
3.8.2. Bens inalienáveis e declarados, por ato voluntário, não sujeitos à execução	1132
3.8.3. Móveis que guarnecem a residência e vestuário	1133
3.8.4. Rendimentos do trabalho humano	1134
3.8.5. Objetos necessários ou úteis ao exercício de profissão	1139
3.8.6. Materiais de obras em andamento	1140
3.8.7. Recursos públicos transferidos para aplicação em saúde, educação ou assistência social	1140
3.8.8. Depósito em caderneta de poupança	1140
3.8.9. Seguro de vida	1141
3.8.10. Outras hipóteses previstas em lei	1141
3.9. Penhoras especiais	1142
3.9.1. Penhora <i>on-line</i>	1142
3.9.2. Penhora de veículos alienados fiduciariamente	1143
3.9.3. Penhora de bens hipotecados	1144
3.9.4. Penhora de crédito em mãos de terceiros	1145
3.9.5. Penhora de cotas ou ações de sociedade	1146
3.9.6. Penhora da renda e penhora de empresa	1146
4. Concurso de credores – múltiplas penhoras sobre o mesmo bem	1147
5. Alienação antecipada	1148
6. Embargos à execução	1148
6.1. Denominação, conceito e natureza jurídica	1148
6.2. Matérias veiculáveis nos embargos	1150

6.2.1.	Falta ou nulidade da citação	1151
6.2.2.	Ilegitimidade da parte	1151
6.2.3.	Inexequibilidade do título ou inexigibilidade da obrigação	1152
6.2.4.	Penhora incorreta ou avaliação errônea	1152
6.2.5.	Excesso de execução ou cumulação indevida de execuções	1152
6.2.6.	Incompetência absoluta ou relativa do juízo da execução	1153
6.2.7.	Causas modificativas ou extintivas da obrigação supervenientes à sentença	1153
6.2.7.1.	Prescrição intercorrente	1154
6.3.	Embargos com eficácia rescisória	1157
6.3.1.	Entendimento do STF sobre a “coisa julgada inconstitucional”	1159
6.4.	Garantia integral e parcial do juízo	1161
6.4.1.	Tema 159 do TST: recuperação judicial e garantia do juízo na execução trabalhista	1162
6.5.	Procedimento. Inexistência de revelia do embargado	1164
6.6.	Suspensão da execução	1164
7.	Exceção de pré-executividade	1166
7.1.	Tema 144 do TST: Exceção de pré-executividade e irrecorribilidade imediata das decisões interlocutórias	1167
8.	Expropriação de bens	1170
8.1.	Conceito e natureza jurídica	1170
8.2.	Adjudicação. Adjudicação pelo credor trabalhista por 50% do valor de avaliação	1171
8.3.	Alienação por iniciativa particular	1174
8.4.	Arrematação	1174
8.4.1.	Noções gerais. Leilão e leiloeiro	1174
8.4.2.	Formalidades da hasta pública	1176
8.4.3.	Legitimidade para arrematação	1177
8.4.4.	Preço vil	1178
8.4.5.	Procedimento da hasta pública	1179
8.5.	Expropriação judicial: direitos reais e obrigações <i>propter rem</i>	1181
8.6.	Evicção e vícios redibitórios	1183
8.7.	Ordem preferencial dos mecanismos expropriatórios	1184
8.8.	Efeitos da expropriação	1184
8.9.	Auto e carta. Mandado de entrega e de imissão na posse	1185
8.10.	Impugnação incidental da arrematação. Recurso e ação rescisória	1186

8.11. Ação anulatória da arrematação	1189
8.12. Impugnação da adjudicação	1190
8.13. Desistência da arrematação	1190
9. Pagamento ao credor	1190
10. Parcelamento compulsório do crédito exequendo	1191
11. Protesto de decisão judicial. CNDT	1192
12. Remissão e remição na execução	1195
13. Suspensão	1196
14. Extinção da execução	1197

» Capítulo XXXIII

PROCEDIMENTOS EXECUTIVOS ESPECIAIS

1. Cumprimento de sentença relativo às obrigações de fazer, não fazer e dar coisa distinta de dinheiro	1199
1.1. Princípios aplicáveis	1199
1.2. Momento processual oportuno	1201
1.3. Iniciativa da execução	1201
1.4. Astreintes	1202
1.5. Procedimento. A questão da intimação pessoal do devedor para cumprimento das obrigações não pecuniárias	1205
1.6. Defesa do executado	1206
1.7. Tutela inibitória e de remoção do ilícito	1207
2. Execução contra a Fazenda Pública	1208
2.1. Noção geral: execução imprópria. Conceito de Fazenda Pública	1208
2.2. Pagamento dos débitos na via administrativa. Conciliação	1209
2.3. Natureza jurídica da execução contra a Fazenda Pública	1210
2.4. Requerimento executivo e condutas da Fazenda Pública	1211
2.5. Embargos à execução: prazo e conteúdo	1212
2.6. Embargos à execução improcedentes: duplo grau de jurisdição?	1213
2.7. Execução provisória contra a Fazenda Pública	1213
2.8. Precatório X requisição de pequeno valor	1214
2.8.1. Faixas de valores	1214
2.8.2. Renúncia de parcela do crédito	1215
2.8.3. RPV: limite no caso de litisconsórcio e honorários advocatícios	1215
2.8.4. Ordem cronológica dos precatórios: filas existentes	1217

2.9. Processamento dos precatórios	1218
2.10. Processamento da RPV	1220
2.11. Sequestro de verbas públicas	1220
2.12. Intervenção federal – inadimplemento de precatórios	1222
2.13. Correção monetária, juros moratórios e precatório complementar	1223
2.14. Execução de parcela incontroversa contra a Fazenda Pública	1226
3. Execução fiscal	1227
3.1. Competência: execução fiscal e falência ou recuperação judicial	1228
3.2. Desconsideração da personalidade jurídica e redirecionamento da execução	1229
3.3. Centralização de execuções	1230
3.4. Prescrição intercorrente na execução fiscal	1231
4. Execução das contribuições previdenciárias	1232
4.1. Competência e alcance	1232
4.2. Procedimento	1233
4.3. Títulos executivos das contribuições previdenciárias	1234
4.3.1. Sentença e acordo homologado: discriminação de parcelas indenizatórias	1234
4.3.2. Acordo na fase de execução	1236
4.3.3. Acordo celebrado em Comissão de Conciliação Prévia	1237
4.4. Primazia do credor trabalhista em relação ao previdenciário	1237
4.5. Fato gerador e juros de mora das contribuições previdenciárias	1238
5. Execução de títulos extrajudiciais	1239
6. Execução contra massa falida e empresa em recuperação judicial	1240
6.1. Créditos trabalhistas	1240
6.2. Créditos fiscais	1247
6.3. Desconsideração da personalidade jurídica e grupo econômico	1250
6.4. A questão da garantia do juízo para os embargos à execução	1254
6.5. Penhora, arrematação e depósito recursal efetivados antes da recuperação judicial ou da falência	1256
7. Execução provisória	1257

BIBLIOGRAFIA.....	1261
--------------------------	-------------